

# Instituto condena a ESTADO DE SÃO PAULO - 3 JUN 1987 estatização da saúde

"O sistema único de saúde nega o direito do cidadão de ter uma Constituição democrática — pois onde está sua liberdade de opção?" A reação contra a tendência da Assembleia Nacional Constituinte de aprovar a estatização do setor de saúde do País é do presidente do Instituto de Estudos dos Problemas Contemporâneos da Comunidade, dr. Jayme Rozembojm, para quem "não se pode negar a assistência privada ao cidadão que a ela quiser recorrer".

Rozembojm enumera os artigos do anteprojeto da Subcomissão de Saúde e Meio Ambiente da Constituinte que ameaçam estatizar a medicina. Já no artigo 2º se fala em integração dos serviços de saúde. "Reconhecemos que é uma necessidade, pois atualmente temos serviços municipais, estaduais e federais concorrendo entre si em determinada região" — admite o médico. "Um sistema único corrigiria essa falha, mas desde que esse sistema se referisse apenas à saúde pública. Seria preciso acrescentar nesse artigo a palavra 'pública'".

O artigo 4º do anteprojeto é também estatizante, por determinar que "as ações de saúde são funções de natureza pública, e ao Estado cabe normatizar, executar e controlar" essas ações, cita Rozembojm. "Não há dúvida que ao Estado cabe normatizar e controlar, mas significa que só a ele cabe executar? O Estado poderia executar o serviço paralelamente à iniciativa privada. Ao cidadão cabe o direito de escolha."

Se o Estado fosse dar assistência médica gratuita a todos os 130 milhões de brasileiros, o orçamento do Ministério da Previdência Social deveria ficar em torno de 25 bilhões de dólares, o que equivaleria a pouco menos de 10% do Produto Interno Bruto brasileiro e tornaria o programa proibitivo. Como prova da necessidade de se manter a assistência médica privada, o presidente do IPCC recorda os dados de 1984: foi gasto 3,72% do PIB no setor de saúde; em relação ao produto interno, a iniciativa privada contribui com 2,17% e o setor público com apenas 1,55%. Projetando esses percentuais para o ano passado, a iniciativa privada teria investido 5,42 bilhões de dólares em saúde, e o Estado teria entrado com 3,87 bilhões. "Se ainda

assim a assistência à saúde em nosso país foi dramaticamente insuficiente, imaginem o que aconteceria com a marginalização da iniciativa privada..."

## PASSO ATRÁS

O dr. Jayme Rozembojm reconhece que "a situação atual da saúde no País é desumana. Existe parcela da população que nem sequer tem acesso à saúde. E grande parcela tem atendimento precário, incompetente. Por isso, existe o clamor pela reforma, e realmente há necessidade de mudanças". Todavia, daí a partir para uma estatização completa da Medicina é, segundo o médico, um atraso. "No momento em que até a União Soviética está liberalizando a assistência médica, assim como a Inglaterra, nós estamos agora caminhando em sentido inverso. Será que a História não tem significado algum nem traz ensinamento algum?"

A idéia de estatização do setor de saúde partiu, para Rozembojm, de "uma parcela de sanitaristas". "Para eles, estatizar ou não a assistência não representa nenhuma mudança — eles já são funcionários públicos." O presidente do IPCC expõe outro argumento para condenar a escolha desses "grupos que se preocupam em fazer campanha da estadolatria, colocando sempre o Estado como o Big Brother: o mundo dos sanitaristas é muito diferente do médico. Enquanto o sanitarista trata apenas de preservar a saúde da população, o médico cuida do doente, uma luta corpo a corpo com suas angústias, temores e fatores psicossomáticos. O sanitarista só cuida do homem são" — destaca o médico, dizendo considerar importante o trabalho dos sanitaristas de tentar conter epidemias. "Isso sim é dever do Estado. Deixem a medicina curativa seguir o seu rumo normal!"

Outro risco que a estatização traria, alerta Jayme Rozembojm, seria o de responsabilidades: "Quando se delega ao Estado o dever de manutenção da saúde, o indivíduo também delega a cidadania. Saúde é dever do Estado, mas também do cidadão. Por exemplo, se o Estado quiser combater a Aids e o doente não colaborar? E o cidadão ou o Estado que transmite a doença?"

## Sistematização define normas

A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte aprovou ontem, em reunião matutina realizada no plenário do Senado, o seu regimento interno, que vai disciplinar os trabalhos de discussão do anteprojeto do relator Bernardo Cabral e, em seguida, do projeto de Constituição a ser oferecido ao exame de todos os parlamentares.

A reunião, que durou pouco mais de três horas, só não conseguiu votar três destaques, requeridos para deliberação em separado, de emendas oferecidas ao substitutivo do relator. Já foi marcada para amanhã, às 9 horas, uma nova reunião destinada a concluir o trabalho.

Foram aceitas as 21 emendas com parecer favorável do relator, que não alteram muito o texto do regimento proposto aos membros da

comissão. O regimento ontem acolhido estabelece que a comissão realizará três reuniões semanais, às terças, quartas e quintas, sempre às 9 horas, além de outras extraordinárias, convocadas pelo seu presidente, senador Afonso Arinos, ou requeridas por um terço dos membros. Contudo, apesar desse calendário, quando não houver na pauta matéria constitucional, projeto de decisão ou projeto de resolução sobre consulta plebiscitária, a comissão se limitará a apenas uma reunião, às quartas-feiras.

O projeto de Constituição, principal matéria da Comissão de Sistematização, será discutido em dois turnos, um antes de a matéria ser enviada ao plenário e outro, já com emendas, logo a seguir, no prazo de dez dias.